

Entre Normas e Práticas: Um Estudo sobre o Envolvimento da Computação com os Comitês de Ética em Pesquisa no Brasil

Luiz Paulo Carvalho¹, Jonice Oliveira¹, Flávia Maria Santoro²

¹Programa de Pós-Graduação em Informática (PPGI) – UFRJ
Rio de Janeiro, RJ – Brasil

²Departamento de Informática e Ciência da Computação (DICC) – UERJ
Rio de Janeiro, RJ – Brasil

luiz.paulo.carvalho@ppgi.ufrj.br, jonice@dcc.ufrj.br

flavia@ime.uerj.br

Abstract. Introduction: This study analyzes how the Computing community in Brazil relates to Research Ethics Committees (RECs), whose approval is mandatory for research involving humans, but still encounters resistance. **Objective:** To investigate the field's perceptions, practices, and challenges regarding the CEP/CONEP system, identifying ethical dilemmas and possibilities for moral advancement. **Methodology or Steps:** Interpretive research, mixed approach, with a questionnaire (85 responses) and interviews (20 participants), analyzed for content and discourse. **Results:** The majority values RECs but adopts inconsistent practices; ethical relativism, lack of knowledge, and criticism of the healthcare field emerge. Strategies include greater participation of Computing in RECs, training activities, and institutional clarity regarding requirements.

Keywords Ethics Committee, Brazilian Computing, Research Ethics

Resumo. Introdução: O estudo analisa como a comunidade de Computação no Brasil se relaciona com os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs), cuja aprovação é obrigatória em pesquisas com pessoas, mas ainda encontra resistência. **Objetivo:** Investigar percepções, práticas e desafios da área frente ao sistema CEP/Conep, identificando dilemas éticos e possibilidades de avanço moral. **Metodologia ou Etapas:** Pesquisa interpretativa, abordagem mista, com questionário (85 respostas) e entrevistas (20 participantes), analisadas por conteúdo e discurso. **Resultados:** A maioria valoriza os CEPs, mas adota práticas inconsistentes; surgem relativismo ético, desconhecimento e críticas ao domínio da Saúde. Estratégias incluem maior participação da Computação nos CEPs, ações formativas e clareza institucional sobre exigências.

Palavras-Chave Comitê de Ética, Computação Brasileira, Ética em Pesquisa

1. Introdução

O sistema CEP/CONEP, responsável por avaliar eticamente pesquisas com seres humanos no Brasil, foi criado pela Resolução CNS nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Este sistema é composto pela CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), que é a instância nacional, e pelos CEPs (Comitês de Ética em Pesquisa), que atuam

regionalmente. A criação do sistema teve como objetivo principal garantir a proteção dos direitos e o bem-estar dos participantes em pesquisas, estabelecendo um controle social sobre a atividade científica [ANPEd 2019, Amorim 2019].

As resoluções do sistema CEP/CONEP, CNS 466/2012 [Brasil 2012] e CNS 510/2016 [Brasil 2016], determinam que todos os projetos de pesquisa envolvendo pessoas ¹ devem ser aprovados por uma instância de CEP antes que a prática desta pesquisa efetivamente ocorra e envolva estas pessoas, salvo isenções específicas. O CNS, o sistema CEP/CONEP, a CONEP e os CEPs são entidades primária e majoritariamente idealizadas e estruturadas por pessoas especialistas e pesquisadoras da área da Saúde. Adicionalmente, as resoluções se estendem às pesquisas realizadas por pessoas especialistas e pesquisadoras em ou de Computação. A Lei nº 14.874/2024 [Brasil 2024] dispõe sobre princípios, diretrizes e regras para a condução de pesquisas com seres humanos em âmbito legal, acima de resoluções ou recomendações morais, ainda muito recente na política científica brasileira.

Apesar do dissenso sobre a natureza epistemológica da computação [Denning 2007, Connolly 2020], houve uma mudança paradigmática desde a sua concepção enquanto área do conhecimento. Em seus primórdios, a área estava direcionada a problemas de natureza matemática ou física, enfatizando software, hardware e aspectos desligados ou distantes do envolvimento de pessoas. Ao ser agenciada e disseminada através da sociedade, as interseções sociais e humanas aumentaram e se tornaram mais complexas [Bynum 2018]. Enquanto comunidade científica e Instituição Social, a Computação estendeu seu pensar-fazer Ciência para englobar aspectos extrínsecos à Computação em si. Um destes aspectos é o envolvimento de pessoas com pesquisa e engenharia de tecnologias e soluções computacionais, desencadeando em sub-áreas como Interação Humano-Computador, Sistemas Colaborativos, Informática na Educação, Sistemas de Informação, dentre outras.

Apesar das determinações pelas resoluções do CNS [Brasil 2012, Brasil 2016], o envolvimento da Computação com o sistema CEP/Conep e com os CEPs é complexo, politicamente caótico e de resistência [Amorim et al. 2019, Carvalho et al. 2024, Rodrigues et al. 2024]. Neste presente trabalho lidamos com uma percepção implícita de desvalorização da cultura de Ética em Pesquisa envolvendo pessoas por pessoas pesquisadoras em Computação, expondo e analisando fenômenos deste cenário. Guiamos esta pesquisa pela questão: **“Como a comunidade acadêmico-científica da Computação brasileira percebe e interage com CEPs?”**. Nos desviamos de um caráter taxativo, punitivo ou inquisitivo, na intenção de analisar o fenômeno para que futuras tomadas de decisão partam de conhecimento estruturado e evidências.

Em 2024 a Sociedade Brasileira de Computação (SBC), maior comunidade dedicada à Computação no Brasil, reforça positivamente o valor normativo das resoluções do CNS nas pesquisas em Computação no Brasil. Consta no seu Código de Conduta

¹Neste trabalho, o termo envolvimento cobre possíveis significados, *lato sensu*, de “envolver” pessoas na pesquisa, fora as pessoas autoras da mesma. Neste sentido, engloba também participação, como envolvimento ativo; ou envolvimento passivo, no qual a pessoa não consente direta e ativamente (e.g., cenários em que seus dados ou informações em redes sociais são utilizados para pesquisa). Adicionalmente, envolvimento ou participação animal está fora do escopo deste trabalho.

para Autores em Publicações da SBC oficialmente recomendou, na Parte II - Ações Recomendáveis, Artigo 2º e Parágrafo IV:

Pesquisas envolvendo a participação de seres humanos: a realização de pesquisas cujo método envolva (i) coleta de dados pré-existent de pessoas em meio físico ou eletrônico, que não sejam de acesso público; (ii) observação ou observação participante; (iii) entrevista, aplicação de questionários, grupo focal ou outras formas de coleta dirigida de dados, sejam presenciais ou não-presenciais (virtual/eletrônica/telefônica), devem observar as normas do Conselho Nacional de Saúde, atualmente expressas nas Resoluções 674/2022, 510/2016 e 466/2012 e nas que vierem a ser publicadas após a data de aprovação deste documento.²

Este trabalho é uma parte de uma pesquisa panorâmica sobre os aspectos éticos ou morais através da Computação brasileira. Apresentamos um recorte e perspectiva do cenário atual, seguindo um paradigma crítico e com viés transformativo [Creswell e Creswell 2018], guiados pela Pesquisa-Ação [Okoko 2023, Duesbery e Twyman 2019, Checkland e Holwell 2007] com metodologias de questionário e entrevista [Creswell e Creswell 2018, Lakatos e de Andrade Marconi 2022, Neuman 2014]. Foram utilizadas as abordagens de Análise de Conteúdo [Cardoso et al. 2021] e Análise de Discurso [Canning e Walker 2024] para a interpretação dos dados coletados [Rangel 1998, Caregnato e Mutti 2006], com abordagem interpretativa. Pela participação de pessoas, houve envolvimento e aprovação por um CEP. Está alinhado e avança a pesquisa do segundo Grande Desafio em Pesquisa em IHC no Brasil, vigência 2025 – 2035, envolvendo o tópico de Ética em Pesquisa computacional envolvendo pessoas [Rodrigues et al. 2024].

A síntese da análise de 85 respostas no questionário e de 20 entrevistas semi-estruturadas gerou conhecimentos inéditos sobre os elementos de estudo deste trabalho. CEPs são positivamente avaliados pela ampla maioria, que paralelamente apresenta comportamentos e atitudes conflitantes com as resoluções; há um relativismo ético expressivamente disseminado, entre concordar com as determinações objetivas e “ignorá-las” em momentos convenientes ou por interpretações próprias; determinações dos espaços e comunidades sobre CEP são guias morais, e em caso de omissão, agirão pelas suas próprias consciências e moralidade; o ato de participar de um CEP é positivo e benéfico em questão de amadurecimento ético ou moral, estendendo às redes próximas, como os colegas nos quais estas pessoas estão inseridas.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma, a Seção 2 apresenta fundamentação teórica e trabalhos relacionados; a Seção 3 detalha a metodologia e o método de pesquisa; a Seção 4 apresenta resultados e a Seção 5 encaminha as discussões dos resultados e considerações finais, com limitações, ameaças e trabalhos futuros.

2. Fundamentação teórica e trabalhos relacionados

Nesta seção são apresentados alguns conceitos e definições centrais selecionados para este trabalho, apesar do espectro abrangente, nos ateremos aos percebidos como essenciais para o escopo principal, respeitando as limitações de espaço.

Uma tomada de decisão efetivamente ética deve ser racional, livre, consciente e responsabilizável [Vázquez 2018]. A Ética em Pesquisa brasileira é guiada

²<https://sol.sbc.org.br/index.php/indice/conducta> [acesso 04-07-2025]

pela moralidade coercitiva de que pesquisas envolvendo pessoas devem envolver e ser aprovadas previamente por CEPs [Brasil 2012, Brasil 2016, ANPEd 2019, Carvalho et al. 2023], enfraquecendo o requisito da liberdade. Esta perspectiva materialista da Ética nos permite analisar existencialmente a realidade na qual as pessoas racional e conscientemente percebem os CEPs e lhes é facultada a liberdade de simplesmente ignorá-los.

Um dos fatores que possibilita a escolha ética de ignorar o envolvimento com CEP é a ausência generalizada e objetiva de uma punição ou penalização por isso. Mesmo com o risco, e alguns registros, de retratações ou rejeições em avaliações por pares, em baixíssimas ocorrências [Rodrigues et al. 2024], a percepção da relação entre custo-benefício é oportunisticamente desfavorável ao CEP. Este clima de sorte moral ou relativismo éticos criam um cenário instável, em que certos espaços reforçam esta moralidade coercitiva e outros negligenciam [Carvalho et al. 2022, Carvalho et al. 2021b].

Ignorar o envolvimento com CEP, considerada suposta necessidade, é uma tomada de decisão ética, embora imoral [Carvalho et al. 2023]. Reforçar a sua obrigatoriedade de maneira vazia e sem outras mudanças institucionais ou estruturais significativas recai em um moralismo vazio. Neste trabalho reforçamos positivamente o envolvimento de pesquisas com CEPs, considerando a sua obrigatoriedade e o seu objetivo central, preservando e protegendo as pessoas participantes.

A Lei nº 14.874/2024 [Brasil 2024] representa um marco regulatório ao estabelecer, pela primeira vez em âmbito legal, diretrizes gerais para pesquisas envolvendo seres humanos, anteriormente normatizadas apenas por resoluções do Conselho Nacional de Saúde, como a 466/2012 [Brasil 2012] e a 510/2016 [Brasil 2016]. Sua principal contribuição é conferir força de lei às exigências éticas, ampliando a segurança jurídica para pesquisadores, instituições e participantes. A lei introduz maior clareza nos procedimentos de consentimento livre e esclarecido, define prazos mais objetivos para a tramitação em CEPs, e reforça a obrigatoriedade de registro e transparência nas pesquisas. Pode acelerar a institucionalização da ética como parte estruturante da prática científica pelo seu maior poder normativo.

Ao limite do nosso conhecimento, há uma escassez de pesquisas metacientíficas que lidem primariamente como tema de CEP e Computação brasileira. Ao percorrer os anais dos eventos da SBC através de uma revisão pelo seu repositório oficial, a SBC SOL ³, há uma quantidade baixíssima e concentrada nos eventos com significativa natureza epistemológica de envolvimento humano, como Sistemas de Informação ou Interação Humano-Computador. Alguns minicursos tratam diretamente da relação entre CEP e pesquisas em Computação brasileiras, como [Martins et al. 2021, Carvalho et al. 2021a, da Graça Pimentel et al. 2023], instruindo sobre a submissão e outros pormenores.

Dois outros trabalhos antecedem e pavimentam esta investigação científica [Carvalho et al. 2024] e [Amorim et al. 2019]. [Amorim et al. 2019] investigam o comportamento da comunidade de IHC brasileira em relação às suas pesquisas e envolvimento com CEP. Estes primeiros achados servem como alicerce para

³<https://sol.sbc.org.br/index.php/indice> [acesso 04-07-2025]

os fenômenos e algumas questões tratadas neste presente trabalho. Os resultados expõem que muitos nunca submeteram pesquisas para um CEP, vários por não perceberem como obrigatório pelas suas instituições, devido à burocracia ou questões temporais; não há incentivos pelas instituições; alguns casos de aprovação ou rejeição são confusos; a maioria dos projetos submetidos é aprovado, embora o tempo de aprovação varie.

[Carvalho et al. 2024] analisam as publicações de diversas trilhas principais de simpósios brasileiros em Computação. O resultado geral indica problemas graves no quantitativo de envolvimento de CEP em comparação com pesquisas envolvendo pessoas e problemas de comunicação científica críticos, com erros e deslizes simples que uma instrução adequada poderia resolver.

Paralelamente, [Rodrigues et al. 2024] trazem um grande desafio convocando para maior apreço ético ou moral nas pesquisas em Computação brasileiras, especialmente em IHC, e para pesquisas que estudem metacientificamente os fenômenos éticos ou morais, como este trabalho. Independente do posicionamento em relação aos CEPs ou ao sistema CEP/Conep, fomentar a discussão avança esta agenda.

3. Metodologia e método de pesquisa

Seguindo um paradigma crítico e transformativo [Creswell e Creswell 2018] e Pesquisa-Ação [Okoko 2023], intencionamos analisar criticamente os fenômenos da realidade atuais como uma forma de avaliar e promover mudanças transformativas de cunho político e tecnológico no cenário computacional da pesquisa brasileira, com um viés metacientífico. Considerando o fator humano, subjetividades e perspectivas desta realidade, posicionamos este trabalho como interpretativo, com uma abordagem mista [Creswell e Creswell 2018, Recker 2013, Neuman 2014], sem intenção primária de resultados objetivos, absolutos ou definitivos, trazendo uma perspectiva da realidade baseada nos conhecimentos interpretados a partir de dados sociais e fenomenológicos concretos. A análise destes dados é conduzida pela Análise de Conteúdo (AC) [Cardoso et al. 2021] e Análise de Discurso (AD) [Canning e Walker 2024].

Para coleta e estruturação dos dados foram selecionadas duas metodologias tradicionais às pesquisas envolvendo pessoas e com viés misto, quantitativo e qualitativo, questionário e entrevista [Creswell e Creswell 2018, Lakatos e de Andrade Marconi 2022, Neuman 2014]. Sendo uma pesquisa indutiva, sem viés generalizável, construcionista e enfatizando a participação humana em um cenário de subjetividades, predomina o viés qualitativo [Given 2016]. A questão de pesquisa é abrangente pela baixa ocorrência de pesquisas sobre o tema na Computação brasileira, tanto sobre envolvimento de suas pesquisas com o sistema CEP/Conep quanto se tratando de Ética ou Moral no geral, mesmo Ética Computacional.

Como previamente mencionado, esta pesquisa compõem outra maior e destaca um dos achados centrais à mesma, da relação entre a comunidade acadêmico-científica da Computação brasileira e o sistema CEP/Conep, enfatizando os CEPs. O questionário foi veiculado por diversos meios, sendo que a ênfase dos resultados se encontra na profundidade e complexidade das interações primariamente, nos quantitativos como um diferencial, secundariamente [Given 2016, Lakatos e de Andrade Marconi 2022].

O procedimento principal consistiu em recrutar participantes através dos membros

da Comissões Especiais (CEs) da SBC ⁴, por sub-áreas da Computação e convidando a responder o questionário e que compartilhassem em suas redes de pesquisa. Esta estratégia foi escolhida pois (i) membros de CEs são pesquisadores experientes e, sendo assim, conscientes de diversos aspectos éticos ou morais de suas pesquisas e áreas; (ii) apoiar-se na qualidade de suas redes de pesquisa, potenciais participações e respostas. Por limitação de espaço, nos ausentamos de aprofundar ou detalhar a condução prática desta etapa. A participação e interação majoritária foi de especialistas em áreas com maior envolvimento humano ou social, enquanto em outras a participação foi baixíssima ou nula.

No final do questionário respondentes eram convidados a participar da entrevista, aprofundando os fenômenos ali tratados. Visamos garantir uma melhor fidelização da participação da entrevista, considerada a dificuldade expressiva em conseguir e manter pessoas para entrevistas, e o engajamento de pessoas efetivamente interessadas no tema. Serão expostos os dados da pesquisa especificamente relacionados com o tema principal deste trabalho, CEPs.

O questionário inicia com sete perguntas sobre o perfil: idade, instituição filiada, tempo no qual trabalha com pesquisa, grau de titulação acadêmica, domínio(s) da Computação no(s) qual(is) se posiciona; questão aberta para quaisquer complementações que considere relevantes sobre o próprio perfil. Os dados sensíveis complementados pela entrevistas estão ausentes deste trabalho, fora do escopo.

Em rigor à pesquisa qualitativa [Given 2016], cada um dos resultados na Seção 4 acompanha a questão do questionário ou pergunta da entrevista correspondente, incluindo as opções com quantidade nula, demonstrando fenômenos específicos a partir disso.

Atendendo aos preceitos de Ciência Aberta e transparência, disponibilizamos online um documento com as respostas de cada uma das interações na Seção 4 ⁵. Esta decisão é baseada nos requisitos de reflexividade e avaliação epistemológica de AC e AD e pelo caráter interpretativo desta pesquisa, ancorados nos dados das respostas das interações. Esta ação de transparência garante a qualidade da síntese e sua objetividade baseada nos dados e informações gerados pelas pessoas respondentes, distanciando-se da subjetividade e viés opinativo das pessoas autoras [Canning e Walker 2024, Given 2016, Cardoso et al. 2021].

3.1. Envolvimento de pessoas e aspectos éticos ou morais

Utilizamos o arcabouço textual em [Carvalho et al. 2024] para sintetizar o envolvimento de pessoas participando nesta pesquisa. Preservando o anonimato, dados pessoais e respostas não serão diretamente associados.

O envolvimento das pessoas é ativo e direto, elas participaram ativamente da pesquisa e interagiram diretamente com a interface de coleta. O quantitativo total foi de 112 participações, 20 respondentes do questionário participaram da entrevista. No quantitativo específico, final, utilizamos 85 participações nas análises e sínteses, após seleção de perfis relevantes à análise para respondentes na etapa do questionário. No total, contabilizam 105 interações. Para quem participou do questionário e da entrevista,

⁴<https://www.sbc.org.br/comissoes-especiais/> [acesso 04-07-2025]

⁵<https://4658.short.gy/CEP-2025> [acesso 04-07-2025]

foram duas interações diferentes, mesmas pessoas e dinâmicas interativas diferentes.

A pesquisa foi aprovada por um CEP sob Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 62922122.5.0000.5286. A experiência com o CEP, desde a submissão à aprovação, foi esperada. No total, o projeto de pesquisa demorou entre dois a três meses para ser aprovado, com duas solicitações de ajuste. Houve envolvimento de TCLE, um específico para cada etapa. Foi veiculado um TCLE padrão, nenhuma das características éticas ou morais atravessam esta parte da pesquisa específica. Questionário e entrevista foram operacionalizados online, sendo as entrevistas gravadas. O questionário tinha tempo de interação de aproximadamente 15 minutos a uma hora, dependendo do comprometimento das pessoas respondentes; a entrevista com duração entre uma e duas horas. Os riscos da participação eram mínimos, inócuos. Sem envolvimento necessário de nenhuma lei ou norma extra-científica.

A proximidade com algumas das pessoas envolvidas pode ter facilitado a aderência à pesquisa, sem representar uma ameaça à validade, dado que o fenômeno analisado é desligado e independente do relacionamento com as participantes. O fenômeno do paradoxo do observador [Canning e Walker 2024] comprometeu pelo menos uma das entrevistas. Após finalizada a gravação de uma das entrevistas, uma das pessoas expressou alívio e anunciou que a partir daquele ponto poderia falar mais livremente e sem travas. Isto é, a sua participação foi comedida e filtrada. Explicitamente, este foi o único caso registrado. Algumas pessoas entrevistadas aparentaram filtrar e conter sua participação, apesar da garantia do anonimato. Não há nenhuma participação com perfil especial ou vulnerável, atípico. Os perfis das pessoas envolvidas estão detalhados na Seção 4.

4. Resultados do questionário e entrevista

Nesta seção apresentamos os resultados e achados da pesquisa, discutindo quando cabível. Todas as interações eram opcionais [Brasil 2016], sendo assim, algumas respostas podem não alcançar o total geral de interações.

Iniciando pelos perfis das 85 respondentes do questionário. Em faixa etária, oito pessoas entre 18 e 24 anos; 17 entre 25 e 35 anos; 30 entre 36 e 45 anos; 14 entre 46 e 55 anos; 14 entre 56 e 65 anos; uma entre 66 e 75 anos.

Sobre filiação institucional, a maior quantidade pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 20. A segunda maior quantidade é da Universidade de São Paulo (USP), com 11; seguida pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA), com cinco; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal do Pará (UFPA), cada uma com quatro. Os demais valores estão pulverizados entre três e um.

Sobre o tempo em que trabalha com pesquisa, quatro trabalham com pesquisa há um ano; sete entre dois e três anos; 13 entre quatro e sete anos; 13 entre oito e 12 anos; 48 há mais de 13 anos. Sobre grau acadêmico, 50 das respondentes com doutorado concluído; 16 com o doutorado em andamento; três com o mestrado concluído; oito com o mestrado em andamento; sete com a graduação em andamento.

Houve envolvimento majoritário expressivo de áreas com aspectos humanos ou sociais em sua natureza epistemológica. Quantidade baixíssima se posicionava em áreas

com pesquisas distantes ou potencialmente desligadas de aspectos humanos ou sociais.

Das 20 entrevistadas, 18 apresentam doutorado concluído, uma com doutorado em andamento, uma com mestrado em andamento; 15 atuam como pesquisadoras há 13 anos ou mais, duas entre oito e 12 anos, uma entre quatro e sete anos, uma entre dois e três anos. A idade de quatro delas está no intervalo entre 25 e 35 anos; sete entre 36 e 45 anos; três entre 46 e 55 anos; seis entre 56 e 65 anos.

Dos posicionamentos em áreas da Computação: IHC ou Informática na Educação, dez entrevistadas; Engenharia de Software (Grande área), nove; Sistemas de Informação, oito; Computação aplicada à Saúde ou Sistemas Inteligentes (Inteligência Artificial), sete; Jogos ou entretenimento digital, cinco; Componentes, arquitetura ou reutilização de software, quatro. Várias atuam entre duas e cinco áreas, poucas em duas ou uma.

4.1. Respostas do questionário

As Figuras 1, 2, 3, 4 e 5 expõem o enunciado das questões Q1 até Q5, as possíveis respostas e a respectiva quantidade de respostas. As questões Q1 até Q4 só poderiam ter uma resposta por respondente, na questão Q5 poderiam selecionar múltiplas respostas, inclusive uma opção “Outros” para complementar.

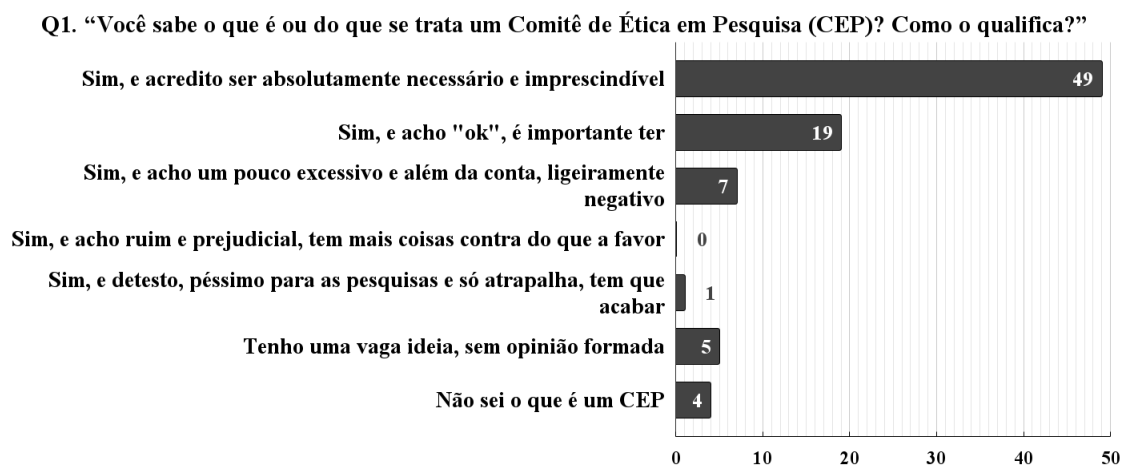


Figura 1. Respostas da primeira questão sobre CEP do questionário

Algumas pessoas não conheciam a existência de CEPs quando responderam o questionário. A falta de elementos em complementos não nos permitiu estender algumas análises, como “a coleta de dados não dependia de participação humana”.

No caso “A intervenção humana não envolveu a identificação dos atores, apenas dados quantitativos e qualitativos sobre suas experiências com gestão de processos”, mesmo sem identificação, ainda é considerado envolvimento de pessoas e deve ser submetido ao CEP. Em diversos casos o teor das questões pode ser negativo e fora do controle ou noção de quem pesquisa.

Nos casos “nunca necessitei (não havia questões éticas ou morais envolvidas)” ou “Não havia dados relevantes pertinente a ética”, o envolvimento do CEP não é por questões éticas ou morais genéricas, mas por envolvimento de pessoas fora dos casos isentos pelas resoluções.

Q2. “Sobre seu envolvimento/experiência de atuação com/em um CEP”

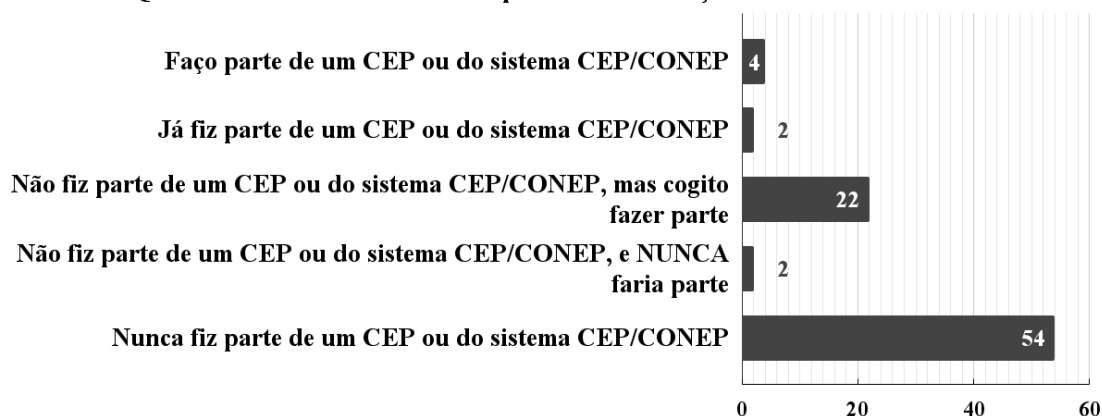


Figura 2. Respostas da segunda questão sobre CEP do questionário

Q3. “Quantos projetos de pesquisa você efetivamente já submeteu para um CEP? Ou no sistema CEP/CONEP? Por exemplo, pela Plataforma Brasil.”

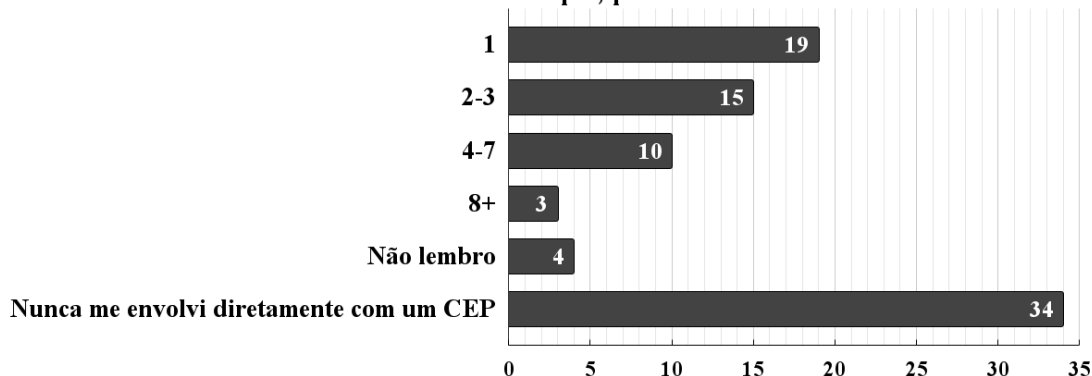


Figura 3. Respostas da terceira questão sobre CEP do questionário

No caso “ausência de apoio. Para este tipo de submissão apenas conto com o aluno, que muitas vezes não consegue (por imaturidade, tempo, falta de organização, etc). Se eu tivesse um secretariado de apoio, submeteria TODAS as minhas pesquisas.” indica o esforço e tempo necessários para submeter e acompanhar projetos de pesquisa em CEPs.

Com resposta aberta e livre, a Q6 (“**Quer acrescentar ou complementar algo sobre CEP ou sobre o sistema CEP/CONEP?**”) trata dos complementos para esta seção sobre CEP, a pesquisadora e sua pesquisa. Foram 23 respostas.

Aparecem diversos fenômenos tradicionais na Computação. Alguns são desabafos, experiências negativas, opiniões construtivas, críticas pertinentes, interesse em um CEP para Computação, convocação para que os CEPs se publicizem melhor, reclamações sobre prazos, dentre outros. Mesmo que isoladas, já indicam fenômenos pertinentes para aprofundamento.

Aprofundamos dois exemplos, das pessoas respondentes 81 e 82. Na primeira submissão, R81 teve problemas como lentidão e ruídos metodológicos com o CEP. Ao invés de renegar o CEP, ignorá-lo e tentar encaminhar a pesquisa desta forma, insistiu e

Q4. “Considerando que sabia da existência de CEPs, sobre suas submissões:”

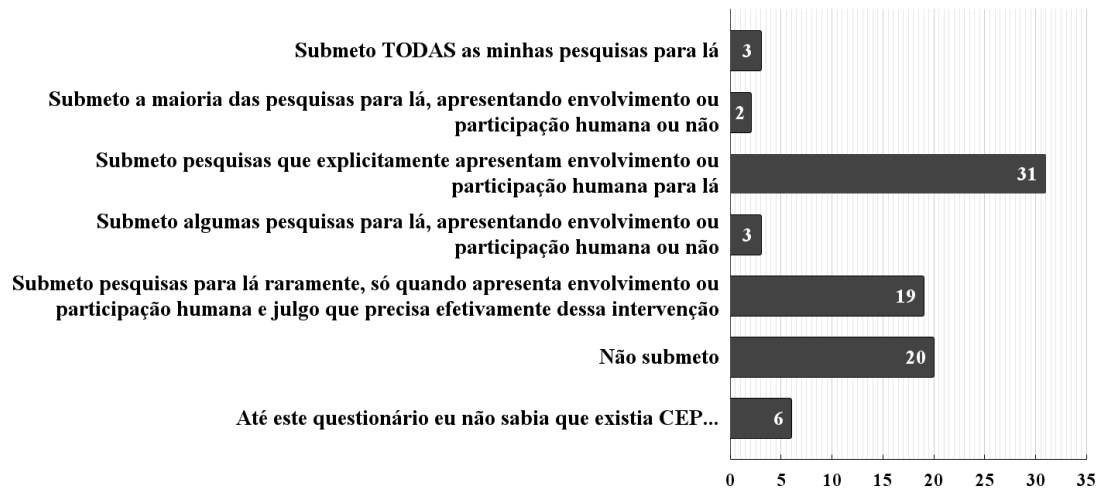


Figura 4. Respostas da quarta questão sobre CEP do questionário

Q5. “Considere apenas as vezes que não submeteu e considerando que soube/sabia da existência de CEPs. Não submeto/submeti pois...”



Figura 5. Respostas da quinta questão sobre CEP do questionário

conseguiu sua aprovação. E as próximas instâncias de submissão demoraram menos, e foram melhor recebidas.

Este caso de submissão inicial problemática e melhoria nas submissões posteriores é rotineiro. Como a submissão ao CEP e as normas do sistema CEP/Conep são muito

novas para algumas, há medo, preconceito e desconfiança, principalmente se a primeira experiência é negativa. Majoritariamente, a tendência das submissões é de melhoria no processo. Assim como qualquer sistema, este é outro que aprendemos a interagir e melhorar. Para todos nós, tudo em algum momento “foi novo”. Por exemplo, redigir um artigo, se matricular em disciplinas, se inscrever em congressos, organizar um evento, entretanto estas práticas estão muito distantes, ou menosprezadas, através da cultura da Computação brasileira. Assim como se espera, quase que como premissa existencial, que uma especialista em Computação saiba programação, o mesmo não ocorre em relação a ela saber sobre CEP ou sobre o sistema CEP/Conep. São dinâmicas culturais diferentes com valores diferentes.

A segunda resposta, de R82, indica a relevância de especialistas em computação adentrarem em CEPs. Esta sugestão potencialmente mitiga ou erradica as críticas recorrentes de que “o CEP não entende o que a computação faz” ou “no CEP só tem especialistas na Saúde”. Especialistas em computação no CEP podem tanto opinar de maneira qualificada sobre metodologias ou métodos da cultura acadêmico-científica computacional, como servir de ponte entre sua comunidade, Computação, e o CEP.

A Q6 demonstrou que muitas pessoas têm muito o que falar sobre CEP e sobre o sistema CEP/Conep, que este é um tema efervescente no cenário da computação brasileira, e que pode render trabalhos futuros neste tema, ou correlatos.

4.2. Respostas das entrevistas

Cada pergunta da entrevista será rotulada pelo seu número e a inicial “E”, e cada uma das 20 participantes pela inicial “P”⁶.

E01: **“Você lembra em qual momento da sua formação, institucional ou não, você aprendeu sobre ética em pesquisa? Por exemplo, TCLE ou CEP? Ou foram em momentos diferentes?”**. A maioria das entrevistadas só aprendeu sobre CEP ou TCLE no doutorado. Algumas submeteram para CEPs no início da década de 2000, com procedimento em papel e entrevistas presenciais. Estas percepções de existência de CEP ou TCLE foram principalmente pela própria necessidade em pesquisa. Se as pesquisas não apresentassem envolvimento com pessoas, provavelmente seguiriam a formação sem informações sobre.

P3 relatou sobre o cenário que a alienou sobre CEP e a instruiu erroneamente. Ao ser instruída que só precisaria de contato com um CEP caso não fizesse uma pesquisa em computação, envolvendo pessoas ou não. Esta foi a instrução recebida, até receber informações válidas e verdadeiras e começou a seguir as normas. Ainda assim, a cultura de desconsiderar o envolvimento de CEP persistiu em seu departamento entre colegas: *“Os meus colegas não submetem os seus projetos, mesmo quando eles trabalham com seres humanos, por serem da área de computação. É tipo uma cultura que tem lá, é menos uma burocracia, porque o Comitê de Ética é visto apenas como uma burocracia limitadora dentro do processo de agilidade que é necessário para você cadastrar um projeto de pesquisa e começar a sua execução.”* [P3].

Aqui podemos perceber como o meio no qual a pessoa atua pode influenciar suas percepções, ao ser alienada pelos pares. A categorização como “cultura” é bem

⁶Independente de gênero, todas as entrevistadas serão representadas no feminino.

pertinente e válida, representando o conjunto de valores e princípios daquele coletivo, a sua ética, uma ética contra o envolvimento de CEP. P7 reforça como o meio e a transmissão de valores faz a diferença através da comunidade ou redes das quais se participa. Algumas respostas indicaram o quanto certas entrevistadas foram alienadas ou erroneamente orientadas a acreditar que o envolvimento de CEP estava totalmente desligado quando a pesquisa estava posicionada em computação:

P9 relatou fenômenos e comportamentos similares a P3, de alienação ou orientação confusa sobre envolvimento de CEP em pesquisas da computação.

Várias entrevistadas indicaram perceber a existência de CEP ou TCLE após finalizada toda a sua formação institucional. Algumas se depararam apenas nas suas práticas profissionais de orientação acadêmica, por necessidade metodológica. As percepções de existência destes construtos se deram por acidentes ou percalços, sem curadoria de um ensino institucional. As respostas do questionário indicavam profissionais já atuantes há muitos anos que só foram perceber a existência de CEP ou TCLE ao responder o questionário desta pesquisa.

E02: “Antes de conhecer sobre TCLE ou CEP, você realizou alguma pesquisa com participação ou envolvimento humano?”. P10 realizava suas pesquisas apenas com TCLE, até ter noção da existência de CEPs. A maioria das entrevistadas respondeu positivamente que já tinha realizado pesquisas envolvendo pessoas antes de conhecer CEP e TCLE. P8 não envolveu CEP, pois “ninguém exigiu na época”.

P14 veio de uma cidade do interior e indica que sua formação foi precária em todo contexto científico, sem ao menos saber do que se tratava uma iniciação científica. Isto é, o ambiente da sua formação tem relação significativa com a sua percepção de existência de CEP ou TCLE. Como P3 menciona ao responder a pergunta E01, são culturas diferentes. Percebemos que instituições sem CEP ou com CEPs muito restritos ou isolados habilitam esta cultura de negação ou ignorância total sobre CEP.

P7 relatou sobre o cenário caótico e instável entre instituições e entre CEPs. CEPs atuam de forma diferente em instituições diferentes e isso enfraquece uma percepção unificada e estável pelas pesquisadoras. As instituições e as dinâmicas internas dos CEPs apresentam diferenças, há muitas dúvidas sobre pormenores analíticos nas próprias pesquisas. Neste sentido, as interações com os próprios CEPs podem, inclusive, desencorajar de submeter outros projetos. Por exemplo, no caso de “exigências descabidas”.

E03: “Como lidar com casos de pessoas que não submetem suas pesquisas envolvendo seres humanos para o CEP? Por exemplo, você está em uma reunião de colegiado e alguém diz que a Computação não deve submeter pesquisas para CEPs porque é coisa da Saúde ou um aluno seu se recusa a fazer isso, o que você faz?”. A maioria das entrevistadas segue um caminho de esclarecimento e instrução. Algumas são enfáticas e indicam objetivamente que ou envolve CEP ou muda a pesquisa. Alguns casos são de diálogo ou fuga da interação, diálogo quando é com discentes ou pessoas em posições de poder e influência inferiores, fuga no inverso, principalmente se sentir que a interação não vai levar a nada. P15 nega colaboração, o que já indica um movimento de pessoas se posicionando categoricamente sobre este tópico.

P1, P11 e P14 apresentam um tom de auto-percepção excessivamente críticas em

alguns pontos, nesta pergunta isto se intensificou. Discursos como “devem achar que eu sou chata”, “eu encho o saco” ou “as pessoas não me aguentam mais”. Este é um fenômeno social complexo, porque estas pesquisadoras estão fazendo seus trabalhos e zelando pelos aspectos éticos ou morais nas suas proximidades de ação. Posicionando-se de maneira mais enfática, sentem que outros as percebem negativamente. Essa mesma sensação pode desmotivá-las a persistir em uma agenda de avanço moral na Computação. Por exemplo, “ai, eu estou sendo uma chata e não me aguentam mais, vou parar com isso”, porque a cultura das redes e ambientes que habita são contra CEP, mais do que isso, são contra quem se manifesta contra seus valores, isto é, positivamente sobre CEPs.

P2 indicou um caso onde comunicou às colegas de colegiado que integrava o CEP, sendo o único membro da dita área tecnológica integrando a entidade. Relatou seu esforço para promover uma valorização positiva do CEP e de envolver CEP nas pesquisas entre pares. P2 trouxe um caso de depreciação discursiva dos CEPs na Computação e esclarece os objetivos da apreciação pelo CEP, e que o foco primário é proteger as participantes, não opinar de maneira pessoal e enviesada sobre a pesquisa analisada.

Em relação a CEP no geral, P5 foi bastante crítico, essencialmente à raiz do sistema CEP/Conep na Saúde e sua relação com as dinâmicas da Computação. Inicia questionando “*Conselho Nacional de Saúde? Que Conselho Nacional de Saúde tem a ver comigo?*” [P5]. Considera o TCLE essencial, mesmo que na sua percepção as pessoas não leiam. O cerne de sua crítica trata de uma subordinação pelas regras da Medicina e de maior quantidade de tarefas mandatórias a serem realizadas nas pesquisas, o que eram recomendações gradativamente se tornam obrigações e incrementa a burocracia na práticas das pesquisas. O discurso é de que estamos submetidos “à Medicina” e que esta subordinação é negativa, seja diretamente ou indiretamente. Isto prejudica a autonomia e gera reféns de normas morais que não foram feitas pelas suas comunidades, para suas pesquisas e entre elas.

P9 reforça a realidade de que mais espaços científicos estão exigindo maiores apreços éticos. Para P14, estas pessoas geram um cansaço. E se considera chata sobre isso. Se está na banca não aprova, se está na revisão, não aprova. Se conversa com quem não entende, deixa falando sozinha se ela não quiser ouvir a versão da história, “*Porque também você não vai advogar para alguém que tem uma opinião formada e não está aberto a ouvir*” [P14].

E04: “**Em relação às pesquisas em computação, qual a sua opinião sobre o envolvimento de CEP?**”. A maioria das entrevistadas percebe como obrigatório em qualquer nível, dimensão ou tipo de envolvimento de pessoas, algumas percebem como imprescindível. P10 reitera que esta linha de pensamento reforça a cultura.

P2 insiste que pesquisadoras da Computação participem dos CEPs. Integrando um CEP ajuda outras integrantes a avaliar protocolos de pesquisa em computação. Cita um caso onde um projeto de pesquisa da Computação chegou e houve dificuldade de entendimento, então pediu permissão para avaliar e resolveu a situação.

P12 reforça o coro na críticas às pessoas que integram CEPs e suas deficiências avaliativas, inclusive pela sua ignorância em computação. P16 demonstrou preocupação com a capacidade de um CEP em relação à demanda. Paralelamente, desconhecia as normas em andamento, como de tipificações de pesquisas e tempo de avaliação. P15, P17,

P18 e P19 seguem pela argumentação positiva sobre tipificação e celeridade de apreciação pelo tipo da pesquisa, o que pode aumentar a adesão de submissões.

P8, que é integrante de CEP, apresenta percepção ambígua. Reforçou fortemente o envolvimento, entretanto percebeu alguns casos como excessivos. P17 se incomoda que regras de tipificações e gradações de risco não tenham sido implementadas na Plataforma Brasil, e cita casos de outros países onde o resultado sai em dez ou 15 dias, mas mesmo assim não detalha o procedimento nestes locais. Mesmo com críticas, reforça o envolvimento de CEP.

P15 responde sobre uma situação onde supostamente formulários que não precisam ser enviados ao CEP por garantirem anonimato. Entretanto, mesmo com anonimato não há garantia ou certeza se os elementos presentes poderão causar danos ou malefícios para participantes. Por exemplo, reviver traumas.

P5 sustenta sua postura crítica similar às demais respostas, e estende sua crítica quanto ao rigor do envolvimento, da relação entre necessidade de envolvimento e risco ou danos potenciais, e o quanto integrantes de CEP são potencialmente ignorantes ou desconhecedoras do que avaliam, ainda mais em Computação ou Engenharia. Reforça-se a crítica à predominância “da Medicina”. Apesar disso, as regras não são “da Medicina”, apesar da maioria do conteúdo das resoluções ser orientado para estas áreas. As regras são generalizáveis para quaisquer pesquisas envolvendo pessoas. Por exemplo, as Engenharias precisam envolver CEPs em suas pesquisa de Ergonomia envolvendo pessoas. O fato de que a cultura hegemônica nas Engenharias desvaloriza esta relação, não torna a submissão opcional.

E05: “Caso você encontre uma pesquisa muito interessante durante uma revisão e você é a parecerista, com excelente qualidade, mas sem CEP e com envolvimento humano objetivo (independente do tipo). Como você avalia? O que você faz?”. Várias entrevistadas indicaram respeitar primeiramente as regras do espaço em questão. Por exemplo, a revista diz explicitamente que envolvimento e aprovação pelo CEP são obrigatórios? Caso não, flexibiliza a revisão e aceita.

P7 apresenta uma perspectiva interessante, indica seguir as regras do espaço para afastar-se do individual. Isto é, respeita os valores daquele coletivo que organiza aquilo. Essa percepção cria um conflito entre valores e tomadas de decisão, você abre mão dos seus valores para respeitar outras normas morais de tomada de decisão?

As respostas foram divididas entre aceitação com críticas ou aceitação fraca, com avaliação em pontuação fraca, ou rejeitar totalmente. Entretanto, algumas respostas foram conflitantes com outras respostas, na primeira indicava que o envolvimento de CEP era obrigatório, e na última flexibilizou esta percepção.

P11 mantém o seu rigor para envolver CEP, e capta o cerne da pergunta: *“Eu rejeito. Rejeito e fortemente rejeitava. Ah, mas e a qualidade do artigo? Como é que eu vou avaliar a qualidade do artigo? Se o cara pode ter criado, não interessa. Nesse sentido, enquanto eu estou te falando, respondendo a sua pergunta, a minha resposta é simples. Eu vou avaliar. É porque eu não vou dizer. Só para concentrar em relação ao método maravilhoso, o método não é maravilhoso. O resto pode ser tudo maravilhoso, mas o método por definição não é maravilhoso porque não fez o que ele tinha que fazer, que era uma parte importantíssima do método.”* [P11]. Se considerarmos

o envolvimento de CEP como parte do método, e deve ser pelas resoluções, então há falta objetiva metodológica. Sendo assim, a própria premissa está errada, a pesquisa não é excelente.

P14 reforçou a importância de envolver CEP e indicou consequências que podem ocorrer em não envolver, como retratações de publicações. Uma postura rigorosa, sem meio termo moral, reforça os valores favoráveis ao CEP e servem como instrução. Aqui se percebe o rigor de revisão como educativo e instrucional, mesmo que em segundo plano ou implícito. Traz à luz a cadeia de responsabilidades neste procedimento, e das possíveis consequências concretas da negligência. Consequências essas que podem vir dias, semanas, meses ou anos depois, dependendo de como a balança de valores e ideologias morais esteja pendendo.

P17 e P10 foram mais parcimoniosas, considerando valiosas e válidas também considerações éticas ou morais explícitas nas pesquisas, além do envolvimento de CEP. P5 criticou novamente o Código de Conduta para Autores em Publicações da SBC e indicou que aceita tendo qualquer abertura para tal, principalmente sem regras explícitas. Apenas com regras explícitas rejeitaria. Ressaltou que há algum tempo aceitavam, agora que estão aparecendo essas exigências.

Essa pergunta explora a ambiguidade e flexibilidade morais das entrevistadas, algumas foram lineares em seus raciocínios, comparadas com outras respostas, como P11, P14 e P5. Outras demonstraram cessão de suas condutas morais para respeitar as normas de outros espaços, enquanto outras negociaram outros elementos como critérios, como apresentar apreciação pelos aspectos éticos ou morais no próprio texto.

E06: “Hoje o CEP divide opiniões na comunidade científica, inclusive para avaliações, aceites ou escolha de onde publicar. Como você percebe esta situação? E o que deve ser feito em relação a ela? Reforçar sua obrigação, rejeitar o envolvimento de CEP na computação, a comunidade de computação criar seu próprio sistema de CEP, continuar como está...?”. A resposta desta pergunta foi expressivamente complexa e sua análise aqui será condizente ao espaço disponível.

Esta é uma das perguntas centrais deste trabalho, considerando seu caráter transformativo e orientado à ação por um avanço moral. Ao considerar que hoje a situação é complexa em relação à percepção sobre CEPs, no qual parte da comunidade não os aceita; ou interage com fortes críticas, como P5; ou aceita e interage parcialmente, como a maioria das respondentes; ou é fervorosamente partidária do envolvimento, como P11 ou P14; este cenário caótico gera um panorama negativo generalizado.

O problema de ser “contra CEPs” é que isso causa uma impressão moralmente muito negativa, podendo qualificar este espaço, e as pessoas que o integram, como contrárias às preocupações e cuidados em relação às envolvidas ou participantes de pesquisas. P5 indica que este não é **necessariamente** o caso, pois os comitês científicos, de uma forma ou de outra, são sempre comitês de ética. Aumentando a complexidade do cenário, em certos casos até logicamente conflitantes, algumas pessoas são contra CEP e favoráveis à apreciação de aspectos éticos ou morais nas pesquisas da Computação, e outras são contrárias, como as respostas do questionário indicaram.

As respostas foram variadas e nenhuma das pessoas indicou rejeição à apreciação de aspectos éticos ou morais, o que já indica um viés positivo neste sentido. Entretanto,

nenhuma das respostas foi consensual ou majoritária. Se este tópico for colocado para debate na comunidade, gerará conflitos morais significativos. Mesmo assim, esta tomada de decisão institucional na Computação precisa ocorrer, caso contrário, continuaremos na única opção que a maioria das entrevistadas não aceitou ou reforçou: as coisas continuarem como estão, caóticas e instáveis.

Seis entrevistadas seguiram a ideia de reforçar o envolvimento de CEPs nas pesquisas. Outras seis entrevistadas seguiram a ideia de organizar, estruturar e conduzir CEPs na própria Computação. Cinco seguiram a ideia da Computação popular os CEPs. Algumas ideias fugiram dos exemplos, algumas inesperadas. P10 propõe uma comissão intermediária nos colegiados, departamentos ou institutos que faça uma avaliação prévia e verifique o que está sendo submetido, desta forma evita submeter trabalhos sem necessidade e facilita uma melhor submissão, evitando pedidos de revisão ou demoras maiores, pela qualidade elevada da documentação enviada. Uma interface coletiva entre o corpo social da Computação de uma instituição e os CEPs.

P12 advogou pelo aumento do letramento digital de integrantes dos CEPs. Esta é uma opção improvável e foge do escopo da Computação em si, que pode ocupar estes espaços e manter sua soberania decisória de categoria. P2 acredita em uma ação política mais abrangente e estrutural, que envolva a comunidade e leve a Computação para o debate com outros sistemas, instituições e com a estrutura geral. Uma das intenções de popular os CEPs é de aproximação e intervenção. A estrutura já está pronta, posta e disponível, basta a Computação acessá-la e interagir com ela, de maneira política e participativa.

P5 é mais radical na separação entre áreas, defendendo que cada área tenha seu comitê e que a Computação tenha prioridade nas suas regras de avaliação. Após algum tempo de entrevista, P5 pareceu bastante consternado com a relação entre a Medicina e os CEPs, então seu viés negativo foi acentuando. Por exemplo, quando diz que vai deixar os médicos resolverem, este é um cenário inválido, pois diversas instituições apresentam CEPs fora da Medicina, o que é rotulado normalmente como “Humanidades”. E os CEPs originários em corpos sociais de Medicina podem ser populados por outras especialidades, não só podem como devem. Entretanto, a maioria dos CEPs ainda é dominada pela Saúde, seja em recurso humano ou normas. O raciocínio de que “submeter para um CEP é deixar os médicos resolverem todos os casos” é extrapolar a realidade, indica P5 externalizando seu descontentamento pelo cenário negativo atual, pois a crítica tem respaldo na realidade, como outras respostas indicaram.

P6 apresenta um discurso um pouco contraditório: *“Eu vou te falar que eu acho que tinha que criar alguma coisa na computação, sabia? Porque tem muita coisa específica. E eu acho que a computação se mete também em muitas áreas. Eu tendo a pensar que essa opção de a gente ter um CEP próprio, uma comunidade própria, seria bom.”* [P6]. Se a Computação envolve outras áreas, é pertinente que os CEPs sejam compostos de especialistas de disciplinas diversas. Logo, ter um CEP próprio poderia prejudicar as avaliações epistemológicas envolvendo conhecimentos de outras áreas.

P8, que é integrante de CEP, percebe como interessante a Computação ter algum tipo de CEP. Os CEPs são vinculados ao Ministério da Saúde, e as particularidade da Saúde mais prejudicam do que ajudam a avaliação das pesquisas em Computação. Um

sistema de CEP próprio vai melhorar a tratar as especificidades da sua pesquisa.

P11 não necessariamente defende que a Computação tenha seu sistema ou ramificação separada, mas que haja mobilização política para gerar uma instância no sistema CEP/Conep, que atenda as necessidades da Computação. As ideias são próximas de P2. P12 tem um posicionamento libertário em relação às obrigações, contrário, reforçando que a Computação faça parte dos CEPs.

P13 concorda com a participação nos CEPs, mas vai além indicando que não só devemos participar de CEPs, como levar estas temas para o Congresso da Sociedade Brasileira de Computação (CSBC): *“Se a gente não levar isso a sério, a gente vai mais 20 anos empurrando com a barriga, mais 30, 40, 50. Então, acho que a gente participar do CEPs como comunidade e trazermos esses temas, pelo menos para o Congresso da SBC, Isso tem que ser seriamente discutido, um evento como o IHC ou de Informática na Educação, não tem como não abordar o tema.”* [P13]. Assim, além de popular os CEPs, estas pessoas podem congrega e dividir experiências em algum evento dedicado no CSBC, maior congresso de computação da América Latina. Como um Encontro da Computação sobre Comitês de Ética em Pesquisa, ou algo parecido.

P14 responde sobre a sua saga tentando criar um CEP no seu instituto, dedicado à Ciências Exatas: *“Só eu sozinha, o CEP de uma pessoa só”* [P14]. Reforçou a percepção da inserção da Computação nos CEPs, com outras perspectivas de pessoas de outras áreas, inclusive daquelas com uma cultura e clima éticos mais consolidados. Se opunha ao contrário, isto é, à Computação ter seus próprios sistemas ou comitês. P18 complementou P14 na crítica do CEP próprio da Computação, incentivando a bandeira da educação e instrução para Computação brasileira. P14 e P18 defendem que a Computação não deve ter um CEP, ou sistema de CEP, próprio.

E07: “Em questão de um avanço ético em relação à uma ciência com maior apreciação de aspectos éticos e morais, basta determinar que haja comunicação sobre CEP e TCLE nas comunicações de pesquisa (mesmo que indicando isenção) ou, mais do que isso, há necessidade de que todos contenham (independentemente de envolvimento humano ou não) uma seção para aspectos éticos ou morais relacionados à própria pesquisa ou à aplicação da mesma (por exemplo, uso de um artefato proposto)?”. Para a maioria das entrevistadas, devem constar aspectos éticos ou morais além de indicar envolvimento de CEP ou TCLE. Isso para qualquer pesquisa, envolvendo pessoas ou não, na intenção de promover um avanço ético ou moral nas pesquisas e comunicações da Computação.

P10 acredita que se a ACM (*Association for Computing Machinery*) ou IEEE (*Institute of Electrical and Electronics Engineers*) instituírem isso, a Computação brasileira segue. Reforçando a argumentação de que a Computação brasileira é influenciada fortemente por estas instituições, e pelo que elas fazem. O que gera uma sensação de “dependência cultural e de valores”, no qual priorizamos o que entidades externas encaminham, ao invés de encabeçarmos iniciativas própria, prejudicando a autonomia.

P15 acredita em uma abordagem mista, entre imediato e longo prazo: “Urgente, eu acredito que, num primeiro momento, mais objetivamente, aquelas que envolvem diretamente humanos, como a necessidade mais enfática. As outras, eu acho que é um

caminho de longo prazo.”. P3 indica que deve ter e constar na seção de metodologia, criticando a deficiência que a Computação apresenta em metodologia científica.

P5 apresenta a única posição contrária, pois essa ideia pode levar as pessoas a inserirem informações sem valor ou inúteis nos seus trabalhos. O que condiz com um fenômeno realístico de “lavagem ética” [Bietti 2020], no qual se “forçam” aspectos éticos ou morais por necessidade frívola. Por outro lado, em um clima ou cultura éticos amadurecidos, pessoas revisoras e leitoras críticas podem avaliar criteriosamente se, de fato, as informações éticas ou morais são inúteis ou sem valor. É uma percepção complexa.

5. Discussão e considerações finais

Neste trabalho apresentamos uma pesquisa interpretativa e de abordagem mista, majoritariamente qualitativa [Given 2016, Creswell e Creswell 2018], sobre a relação entre parte da comunidade acadêmico-científica brasileira em Computação com o sistema CEP/Conep, enfatizando os CEPs. Através das metodologias de entrevista e questionário [Creswell e Creswell 2018, Lakatos e de Andrade Marconi 2022, Neuman 2014], utilizando AC e AD [Cardoso et al. 2021, Canning e Walker 2024], construímos uma perspectiva indutiva do cenário atual, a partir dos dados e informações presentes na literatura, espaços, e das participações.

Ao dar um novo passo na pesquisa em [Amorim 2019] e [Carvalho et al. 2024], conseguimos compreender com melhor qualidade a relação complexa entre o âmbito social e moral da Computação e os mecanismos de Ética em Pesquisa institucionais brasileiros, apresentando achados e fenômenos inéditos na literatura sobre este tema. Como outro aspecto positivo, as participações foram majoritariamente de especialistas experientes, atuantes e participativos, interagindo construtivamente com a pesquisa. Este é um diferencial positivo significativo, dada a abordagem qualitativa com ênfase humana e social, suas experiências e percepções [Given 2016].

Ao atravessarmos as respostas do questionário, não há uma categorização ampla possível de perfis triviais. Os perfis totalmente adequados ou adversários em relação a CEPs representam uma parcela baixíssima das respondentes. Fora isso, todas apresentaram experiências ou percepções conflitantes. Por exemplo, percebem CEPs como absolutamente necessários e imprescindíveis (Q1), só que não submetem pesquisas sempre para lá (Q4) ou classificam CEPs negativamente em diversos aspectos (Q5).

A valoração sobre CEPs (Q1) acompanha a quantidade de projetos de pesquisa submetidos (Q3), sendo esperado de certa forma. Conforme se interage com este sistema, o processo amadurece e simplifica em diversos pontos. Os resultados negativos ocorrem principalmente entre respondentes que nunca se envolveram com um CEP ou enviaram apenas um projeto.

Um problema negativamente alarmante é a quantidade de respondentes que se posicionam em áreas com ênfase humana ou social, com oito ou mais anos de atuação em pesquisa e que nunca se envolveram com CEP. Adicionalmente, algumas destas indicaram não submeter projetos de pesquisa para CEPs no geral. Por outro lado, a quantidade de projetos enviados é proporcional à adesão de submissão e qualificação dos CEPs.

Outro fator com relação positiva quanto aos CEPs é fazer parte ou já ter feito parte

de CEP, apresentando maior aderência à submissão (Q1, Q4) e menos justificativas de não submissão (Q5). Curiosamente, esta categoria não reflete na quantidade de projetos de pesquisa submetidos, mesmo que respondentes se posicionem em áreas propícias para isso, como Informática na Educação. É um dado a ser aprofundado em trabalhos futuros.

Q5 apresenta diversas justificativas popularmente percebidas nas comunidades. Ele indica uma cultura deficiente e fraca de adesão à toda uma ideia de CEP. Entretanto, é crucial desmistificar o senso comum dos dois lados de valoração neste narrativa, pois nem todo CEP é lento, nem toda submissão é tortuosa, nem todo risco é baixo, nem todo rigor do CEP é necessário, dentre outros. A falta de investigações destes fenômenos concretos limitam a possibilidade de construir políticas, agendas e até soluções computacionais que apoiem a sua associação.

Consideramos positivo o caráter transformativo da pesquisa, ao receber respostas indicando que a interação com o questionário, ou participação na entrevista, geraram reflexão e apresentaram novos dados ou informações sobre o tema central para quem participou. Dentre respondentes do questionário, seis pessoas indicaram não saber sobre a existência de CEP até esta interação. Uma destas pessoas com 13 ou mais anos de atuação, uma entre oito a 12, uma entre quatro e sete e três entre dois e três. Algumas atuando em áreas com potencial de pesquisas envolvendo pessoas.

As entrevistas aumentaram a nuance de complexidade do fenômeno, fugindo do senso comum ou de discursos moralmente simplórios. Ambos os vieses, favoráveis ou adversários aos CEPs, apresentaram críticas realísticas e socialmente percebidas nos espaços sociais da Computação. Apesar de P5 trazer um viés adversário e P14 um favorável, perceber elementos ocultos ou implícitos nos discursos, na intenção analítica e materialista, ao invés de moral, apresenta contribuições realísticas ao conhecimento sobre o fenômeno.

Apesar de anunciarmos que este trabalho parte do pressuposto de aceitação das normas morais dos CEPs como regra, o fenômeno se estende para além. Tomamos esta postura porque este é o estado da moralidade coercitiva na Ética em Pesquisa institucional brasileira. Entretanto, a discussão pode (e deve) se estender para além do sistema CEP/Conep ou dos CEPs.

O que nos leva à argumentação de “um sistema CEP/Conep ou CEP para Computação”. Merece um espaço significativo de discussão e arguição conceitual, brevemente tratado aqui pela limitação de espaço a par com sua importância acentuadíssima. O sistema CEP/Conep apresenta décadas de existência, com alicerce moral em pesquisa amadurecido, rede consolidada e diversos especialistas altamente qualificados em Ética em Pesquisa e correlatos. A Computação, por sua vez, está engatinhando neste temas. E além de engatinhar, nos aparenta nem querer começar a andar por suas próprias pernas. Ou estar pouco investida nesta agenda.

Mesmo que haja valor socialmente significativo na argumentação de “um sistema CEP/Conep ou CEP para Computação”, ele desvia o escopo primário: a preservação e proteção da participação ou envolvimento nas pesquisas. Das diversas interações do questionário, das entrevistas, das experiências das pessoas autoras, dos argumentos em eventos sociais, percebe-se uma ênfase predominante “na pesquisa”. Por exemplo, o CEP prejudica a pesquisa. Só que se perde o escopo primário. Então um “um

sistema CEP/Conep ou CEP para Computação” potencialmente irá melhorar algumas das circunstâncias das pesquisas, e prejudicará o escopo primário, que é a razão de existir deste sistema inteiro.

Adicionalmente, fazer parte de CEP indica resultados positivos na percepção das pessoas sobre a entidade e o sistema. Todas as respostas das pessoas entrevistadas que fazem parte de CEP indicaram resultados positivos e construtivos, com experiências de amadurecimento ético ou moral e esclarecimento sobre suas atividades. Operam como uma ponte entre o CEP, e correlatos, e seus colegiados, facilitando a adesão coletivas de pessoas neutras ou tendenciosas a se envolver com o sistema. Ajudam outros membros do CEP com dificuldades relacionadas a epistemologias e metodologias na Computação, diminuindo a ocorrência de revisões ou rejeições.

As normas morais de publicações e pesquisas dos espaços demonstraram influência significativa nas respostas do questionário (Q5) e entrevistas (E05). Isto é, se o espaço, como revista ou evento, é omissa, então pessoas avaliadoras podem desconsiderar o envolvimento de CEP como fator objetivo de avaliação; por outro lado, se há posicionamento objetivo favorável ao envolvimento de CEP, as pessoas revisoras tendem a seguir as normas.

Os resultados apontam que a Computação no Brasil precisa ser conscientizada, educada e ter sua formação continuada. Como propostas, a própria SBC pode oferecer cursos de capacitação, por exemplo, “Como escrever o seu projeto de pesquisa para ser apreciado pelo CEP?”. Esses cursos poderiam ser online e assíncronos, considerando potencial constrangimento de revelar publicamente as fragilidades de suas formações perante os desafios atuais da pesquisa científica. Outra opção não excludente são cursos presenciais, ofertados anualmente, em todos os eventos das comissões especiais da SBC. E por fim, incluir como disciplina obrigatória em todos os cursos de pós-graduação em Computação do Brasil uma disciplina especificamente dedicada às questões éticas, tanto teóricas quanto práticas, como promovendo experiências com o CEP.

Uma das soluções para este caos é que os espaços anunciem objetivamente se o envolvimento com CEP é obrigatório ou não. Sendo assim, como P7 indicou em Q05, o ônus da decisão ética é delegado ao espaço e ao respectivo coletivo que o gerencia, não à consciência ética ou moral do comitê científico ou da revisora. Esta linha de raciocínio pode gerar uma cisão explícita na Computação brasileira. Com três possíveis grupos, quem aceita objetivamente CEPs; quem está na zona cinza, como a maioria das entrevistadas em Q05; e quem definitivamente é contra CEPs. Atualmente, esta cisão já existe, embora implícita ou disfarçada.

Um dos fenômenos percebidos é o desrespeito e exclusão de pessoas que categoricamente percebem o envolvimento de CEP como imprescindível, pelos testemunhos no questionário ou entrevistas. De casos que ouvi na trajetória desta pesquisa na qual pesquisadoras foram desconsideradas de bancas de conclusão de curso, de diversos níveis de titulação, porque iriam cobrar envolvimento de CEP. As pessoas serem convidadas informalmente, e depois excluídas dos convites formais porque se descobriu que iriam ser rígidas sobre este ponto. Ou em uma banca de qualificação, na qual a pesquisadora indicou “olha, isso precisa passar por um CEP quando for envolver pessoas, senão será reprovado na defesa ao final”, e esta mesma pesquisadora foi excluída da defesa

final. Por que? Pelo não envolvimento de CEP em uma pesquisa que precisava. Isso gera sensações como de P1, P11 e P14, de constantemente se classificarem como “chatas” ou “um saco”, porque seguem as normativas oficiais. Este revés psicossocial influencia estas pessoas ao relativismo ético [Vázquez 2018], por negligência ou “flexibilidade” morais.

Considerando as limitações e ameaças à validade. Lidamos especificamente com alguns aspectos de CEP; no contexto brasileiro e com uma parte da Computação brasileira, acadêmico-científica. Como uma lacuna, houve baixíssima adesão de especialistas em áreas consideradas “hard” ou “técnicas”, distantes ou desligadas de aspectos humanos ou sociais. A identificação e rastreabilidade de participantes pelos seus perfis é limitada, preservando o anonimato. Pela abordagem interpretativa, este trabalho apresenta baixa generalização e seguimos os requisitos para sua transferibilidade, ancorado nas experiências e percepções das participações. Para mitigar os pontos fracos de questionário e entrevista, aplicamos ambas as metodologias [Given 2016]. A limitação de espaço reduziu algumas das reflexões ou desenvolvimentos argumentativos, que podem ser tratadas em trabalhos futuros. Por fim, não abordamos a Lei 14.874/2024 [Brasil 2024] pela sua recenticidade e não vigência durante o planejamento da pesquisa.

Referências

- Amorim, K. P. C. (2019). Ética em pesquisa no sistema CEP-CONEP brasileiro: reflexões necessárias. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(3):1033–1040.
- Amorim, P., Sacramento, C., Capra, E., Tavares, P., e Ferreira, S. B. L. (2019). Submeter ou não meu projeto de pesquisa em ihc ao comitê de Ética, eis a questão. In *Proceedings of the 18th IHC-Br*, IHC '19, New York, NY, USA. ACM.
- ANPEd (2019). Ética e pesquisa em educação: subsídios – volume 1. volume 1. ANPEd, Rio de Janeiro, RJ.
- Bietti, E. (2020). From Ethics Washing to Ethics Bashing: A View on Tech Ethics from within Moral Philosophy. In *Proceedings of the 2020 Conference on Fairness, Accountability, and Transparency*, FAT* '20, page 210–219, New York, NY, USA. ACM.
- Brasil (2012). Conselho Nacional da Saúde. RESOLUÇÃO CNS Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012. https://4658.short.gy/CEP_2012 [acessado 04-07-2025].
- Brasil (2016). Conselho Nacional da Saúde. RESOLUÇÃO CNS Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016. https://4658.short.gy/CEP_2016 [acessado 04-07-2025].
- Brasil (2024). LEI Nº 14.874, DE 28 DE MAIO DE 2024. https://4658.short.gy/LEI14874_2024 [acessado 04-07-2025].
- Bynum, T. W. (2018). Computer and Information Ethics. In *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2018 Edition)*. In Zalta, E. N., editor, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford University, Summer 2018 edition. <https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/ethics-computer/>. Disponível em: 01/09/2021.
- Canning, P. e Walker, B. (2024). *Discourse Analysis: A Practical Introduction*. Learning about Language. Taylor & Francis.

- Cardoso, M. R. G., de Oliveira, G. S., e Ghelli, K. G. M. (2021). ANÁLISE DE CONTEÚDO: UMA METODOLOGIA DE PESQUISA QUALITATIVA. *Cadernos da Fucamp*, 20(43).
- Caregnato, R. C. A. e Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto*, 15(5).
- Carvalho, L. P., Da Costa, R. M. M., Santoro, F. M., e Oliveira, J. (2023). How to carry out a brazilian research in computing considering ethical or moral aspects? In *Proceedings of the XIX Brazilian Symposium on Information Systems*, SBSI '23, page 151–158, New York, NY, USA. Association for Computing Machinery.
- Carvalho, L. P., Rodrigues, K. R. d. H., Santoro, F. M., e Oliveira, J. (2024). A study and pragmatic proposal on the communication of human involvement in Brazilian computing research. In *Proceedings of the XXIII Brazilian Symposium on Human Factors in Computing Systems*, New York, NY, USA. ACM.
- Carvalho, L. P., Santoro, F. M., Costa, R. M. M., e Oliveira, J. (2021a). Pensando-fazendo Sistemas de Informação com Ética. Da pesquisa à engenharia, e vice-versa. In de França, T. C., Louzada, A., e and, A. C., editors, *Minicursos da ERSI-RJ 2021 - VII Escola Regional de Sistemas de Informação do Rio de Janeiro*, Porto Alegre, RS. SBC.
- Carvalho, L. P., Suzano, J. A., Pereira, R., Santoro, F. M., e Oliveira, J. (2021b). Ethics: What is the Research Scenario in the Brazilian Symposium IHC? In *Proceedings of the XX Brazilian Symposium on Human Factors in Computing Systems*, New York, NY, USA. ACM.
- Carvalho, L. P., Suzano, J. A., Santoro, F. M., e Oliveira, J. (2022). A meta-scientific broad panorama of ethical aspects in the Brazilian IHC. *Journal on Interactive Systems*, 13(1):105–126.
- Checkland, P. e Holwell, S. (2007). *Action Research*, pages 3–17. Springer US, Boston, MA.
- Connolly, R. (2020). Why computing belongs within the social sciences. *Commun. ACM*, 63(8):54–59.
- Creswell, J. W. e Creswell, J. D. (2018). *Research Design. Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. SAGE Publications, Inc., 5 edition.
- da Graça Pimentel, M., Freire, A. P., Carvalho, L. P., e da Hora Rodrigues, K. R. (2023). Submissão de Projetos de Pesquisa Web e Multimídia a Comitês de Ética em Pesquisa. In et al., M. M., editor, *Minicursos do XXIX WebMedia*. SBC.
- Denning, P. J. (2007). Computing is a natural science. *Commun. ACM*, 50(7):13–18.
- Duesbery, L. e Twyman, T. (2019). *100 Questions (and Answers) About Action Research*. SAGE Publications.
- Given, L. M. (2016). *100 Questions (and Answers) About Qualitative Research*. SAGE Publications, Inc, Thousand Oaks, California.
- Lakatos, E. e de Andrade Marconi, M. (2022). *Metodologia científica*. GEN Atlas, 8 edition.

- Martins, V. F., Junqueira, M. A., e de Araujo, R. M. (2021). Ética da pesquisa em sistemas de informação: Por que e como submeter meu projeto ao comitê de Ética? In Viana, D., Ribeiro, T. P., Araújo, R. D., e Dorça, F. A., editors, *Tópicos Especiais em Sistemas de Informação: Minicursos SBSI 2021*, Porto Alegre, RS. SBC.
- Neuman, W. L. (2014). *Basics of Social Research: Qualitative and Quantitative Approaches*. Pearson, New York, NY.
- Okoko, J. M. (2023). *Action Research*, pages 9–13. Springer International Publishing, Cham.
- Rangel, M. (1998). A análise de conteúdo e a análise do discurso como opções metodológicas na pesquisa de representação social. *Cad. Educ. FaE/UFPel*, 11:111–136.
- Recker, J. (2013). *Scientific research in information systems: a beginner's guide*. Springer Verlag Berlin Heidelberg, New York, NY, 2 edition.
- Rodrigues, K. R. d. H., Santoro, Carvalho, L. P., Freire, A. P., e Pimentel, M. d. G. C. (2024). GranDIHC-BR 2025-2035 - GC2: Ethics and Responsibility: Principles, Regulations, and Societal Implications of Human Participation in HCI Research. In *Proceedings of the XXIII IHC*, New York, NY, USA. ACM.
- Vázquez, A. S. (2018). *Ética*. Civilização Brasileira, 39th edition.